



EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E A FORMAÇÃO DOCENTE – MOVIMENTOS EM (DES)CONSTRUÇÃO PARA UMA EDUCAÇÃO INTEGRAL

Francisca Renata Ventura Tenório ¹
Ana Keuly Luz Bezerra ²

RESUMO

Este trabalho é um recorte de uma pesquisa de mestrado em andamento pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT. Trata-se de uma investigação bibliográfica e documental acerca da formação docente e formação continuada de docentes para a Educação Profissional e Tecnológica - EPT. O objetivo geral da pesquisa é analisar os processos de formação continuada de docentes para a EPT no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE. O que por sua vez responde à questão investigativa sobre os impactos da formação continuada para a construção de uma educação integral. O referencial teórico, traz as contribuições de Nóvoa (2022) sobre a formação de professores; de Saviani (2011) acerca da pedagogia histórico-crítica, para conceber o processo ensino aprendizagem, e o trabalho docente na EPT conforme Moura (2014). Quanto aos procedimentos metodológicos, estes orientam-se à luz do paradigma interpretativista conforme Ribeiro et al. (2023), para a compreensão do mundo/cotidiano a partir das perspectivas dos sujeitos participantes da pesquisa. As técnicas utilizadas para a produção dos dados foram a pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa, e entrevistas com os docentes do IFCE *campus* Ubajara. Os resultados da pesquisa apontam para dissonância entre processos de formação docente e a Educação Integral, pela ausência de políticas voltadas para a formação continuada de docentes para a EPT.

Palavras-chave: Formação docente continuada, Educação Integral, Dissonância.

INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica – EPT, se constitui em modalidade de ensino que está integrada aos diversos níveis, etapas e outras modalidades de educação, e tem por objetivo a formação inicial e/ou continuada e a preparação para o trabalho, de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Educação - CNE/CP nº 1/2021, em consonância com o § 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

A partir disso, depreende-se o desenvolvimento da EPT: na Educação Básica (Ensino Médio Integrado à Educação Profissional), em cursos superiores e de pós-graduação, além de

¹ Mestranda do Curso Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal de Educação do Piauí - PI, renataventura.1404@gmail.com;

² Professor orientador: Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Docente permanente do PROFEPT *campus* Parnaíba - PI, analuz@ifpi.edu.br.



cursos de capacitação profissional e, como afirmam Vieira, Sampaio e Oliveira (2023), “em todos os níveis e formas de oferecimento da EPT, a presença (e formação) de professores se encontra presente de forma imperativa”.

Acrescentado a isso, de acordo com Barreiro e Hernandes (2023), para a oferta de uma educação de qualidade na EPT, não se deve responsabilizar somente os professores, no entanto, espera-se que estes, possuam conhecimentos específicos, pedagógicos e suficientes para atender às especificidades desta modalidade.

A EPT, ao integrar educação e trabalho, exige docentes com formação específica e em constante atualização. No entanto, a oferta de formação continuada para esses profissionais, especialmente na perspectiva da Educação Integral, ainda é um desafio. A Educação Integral, entendida como um processo que promove o desenvolvimento integral do indivíduo, demanda docentes capazes de articular diferentes conhecimentos e promover a formação de cidadãos críticos e participativos. Apesar dos avanços na área, estudos indicam que as práticas de formação continuada na EPT ainda não atendem plenamente a essa demanda, limitando-se muitas vezes a cursos pontuais e desconectados da realidade escolar. Este estudo, ao investigar a formação continuada de docentes no IFCE-Ubajara, busca identificar as principais lacunas e desafios nesse processo, com o objetivo de contribuir para a construção de uma formação docente mais alinhada aos princípios da Educação Integral.

A abordagem utilizada para a pesquisa é de cunho qualitativa, com aprofundamento teórico sobre o tema, através de pesquisa bibliográfica, seguida de uma pesquisa documental e de campo com entrevistas realizadas junto aos docentes do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, *campus* Ubajara.

Os resultados sugerem que os processos de formação continuada de docentes que atuam na EPT, apresentam-se incipientes, para uma Educação Integral.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se por uma pesquisa qualitativa conforme Minayo (2001, p. 21-22), por considerar o universo de significados como valores e atitudes a partir de uma realidade que não pode ser quantificada. Nesse sentido desenvolveu-se uma pesquisa exploratório-explicativa ancorada em Gil (2002, p. 41) por buscar maior aproximação com o problema na tentativa de constituir hipóteses; assim, foi realizado uma pesquisa bibliográfica, que tem como objetivo oportunizar o contato direto entre o pesquisador e o estado da arte, nos dizeres de Marconi e Lakatos (2017, p.200); e pesquisa documental na perspectiva de Fávero



e Centenário (2019), como aquela que “como procedimento metodológico que se utiliza de técnicas e instrumentos para apreensão, compreensão e análise de documentos, é de grande valia para as investigações em políticas educacionais”.

O levantamento da pesquisa documental foi feito a partir da legislação em torno da EPT e da formação de professores (inicial e continuada), e no sítio do IFCE, com vistas a explicar um percurso e sua relação com o objeto da pesquisa, tendo como recorte temporal e marco legal a LDB n. 9.394 de 27 de dezembro de 1996 aos dias atuais.

Além disso, nos utilizamos de uma pesquisa de campo³ realizada por meio de entrevistas semi-estruturadas com questionário em formulário, elaboradas com a ferramenta *Google forms*, e enviados via e-mail aos quarenta e três docentes do IFCE *campus* Ubajara, que atuavam no *campus* durante o período da pesquisa (janeiro/2024).

Para a análise, apoiamo-nos no paradigma interpretativista conforme Ribeiro et al. (2023), nas entrevistas semi-estruturadas, com análise de conteúdo, conforme Bardin (1977). Inicialmente, os dados foram transcritos na íntegra e, em seguida, foram submetidos a uma análise de conteúdo temática, com o objetivo de identificar as principais categorias relacionadas à formação continuada e à Educação Integral. As categorias de análise foram definidas *a priori*, com base na literatura e nos objetivos da pesquisa, e foram as seguintes: percepções sobre a oferta de formação continuada, necessidades de formação, relação entre formação e prática pedagógica e concepções de Educação Integral. Após a codificação dos dados, foi realizada uma análise interpretativa, buscando identificar padrões, tendências e divergências nas respostas dos participantes.

Este artigo está organizado por esta seção; o referencial teórico; resultados e discussão e as considerações finais seguida das referências.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação Integral, definida por Colares, Cardozo e Arruda (2021), como aquela em que o estudante seja considerado em suas múltiplas dimensões, que tenha acesso a uma formação mais completa possível e que demanda maior tempo; sofre com as contradições em torno do capital e de sua superação como aponta Moura (2014), ao apresentar que esses

³ Recorte do Projeto de Pesquisa de Mestrado: *Storytelling* na Educação Profissional Tecnológica: articulação da interdisciplinaridade em Projetos Integradores. Aprovado no CEP/IFCE aos 07 de dezembro de 2023, sob o Parecer N° 6.560.962. Disponível em: <https://plataformabrasil.saude.gov.br/visao/pesquisador/gerirPesquisa/gerirPesquisaAgrupador.jsf>



movimentos de contradição influenciam tanto na oferta de cursos como nos processos de formação docente, limitando a efetivação da Formação Humana Integral. Sobre a formação de licenciandos para o Ensino Médio Integrado, Moura (2014) destaca o movimento de:

“Compreender as relações entre a disciplina objeto da licenciatura e as demais disciplinas do ensino médio integrado, tanto aquelas denominadas de formação geral como as de formação profissional, a partir da concepção de formação humana integral que tem como eixo estruturante a integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura. (Moura, 2014, p.89)

Para tanto, os docentes que atuam na EPT, e em específico os docentes dos Institutos Federais, necessitam de um arcabouço formativo que sustente a integração: trabalho, ciência, tecnologia e cultura, para atender ao que está na Lei de Criação dos Institutos Federais, Lei n. 11.892 de 2008, que traz no capítulo II, da seção II, artigo 6º, inciso II: “desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais” (Brasil, 2008, p. 04).

Atender ao dispositivo da referida lei, conforme Moura (2014), representa a capacidade de “contribuir para o rompimento da dualidade estrutural entre educação profissional e educação básica e, ao mesmo tempo, para o direito de qualificação profissional consagrado na Constituição Federal”. Para Savani (2018, p.85), representa “a questão prática da contribuição específica da educação no processo de transformação estrutural da sociedade”, a partir da perspectiva da atuação docente considerando a pedagogia histórico-crítica (Saviani 2011), ao oportunizar ao estudante, refletir e trazer significado mediante a superação da fragmentação dos conhecimentos nas diversas disciplinas, alterar sua realidade.

Esta superação pode ocorrer por meio da interdisciplinaridade, posta, como um dos princípios norteadores da EPT, conforme a Resolução do CNE/CP n. 01/2021; e exige dos docentes uma capacidade de articular diferentes áreas do conhecimento e de promover a construção de significados pelos estudantes. No entanto, a implementação da interdisciplinaridade encontra desafios relacionados à fragmentação curricular, à formação inicial e continuada dos professores e à resistência de alguns docentes em abandonar práticas tradicionais. Para superar esses desafios, é fundamental que a formação docente esteja ancorada em uma perspectiva crítica e reflexiva, que permita aos professores questionar suas práticas e buscar novas formas de organizar o ensino. Nesse sentido, a pedagogia histórico-crítica, ao valorizar a problematização e a construção do conhecimento a partir da realidade

social, pode contribuir significativamente para a implementação da interdisciplinaridade e da Educação Integral na EPT.

No entendimento de Japiassu (1976), a concepção da interdisciplinaridade pelos professores, se dá a partir da reflexão e insatisfação com a fragmentação de conhecimentos, indicando a superação pela contextualização. Desta forma pode contemplar a Educação Integral dos estudantes. Nesse aspecto, faz-se necessário pensar sobre as necessidades dos professores para atuar na EPT.

No contexto educacional para o século XXI, com relação ao atendimento das necessidades para a formação de professores, uma nova percepção é necessária; conforme Nóvoa (2022), o ponto central deve ser no modo como esses docentes constroem uma identidade profissional, ao invés de centrar em listas de conhecimentos e competências a serem adquiridas pelo professor. No entanto, Nóvoa (2022), destaca também que, a missão de ofertar educação e formação profissional, compete ao Estado, que por sua vez, influencia na produção de modelo escolar, por ser responsável pela formação, recrutamento e remuneração dos profissionais da educação. Isto se dá através dos dispositivos legais para estruturação da educação. Nesses termos, são edificados os movimentos em torno da EPT e da Educação Integral.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para compreender o percurso e movimentos de organização da EPT e da Educação Integral, optamos por um levantamento na legislação brasileira, a partir do ano de 1996, com a promulgação da LDB 9394. Assim, listamos em ordem cronológica crescente as leis, resoluções, pareceres e decretos, a partir do sítio Observatório da EPT⁴ destacando os enfoques principais considerando a organização nos seguintes blocos: Legislação, Formação Inicial (FI) e Formação Continuada (FC), no Quadro 1, para trazer visibilidade comparativa.

Quadro 1- Estruturação da EPT, Formação Docente e Formação Continuada pós 1996

LEGISLAÇÃO	FI	FC
LDB 9394/96 – artigo 39 -Formação específica para a educação básica em cursos de licenciatura e graduação plena	X	
Decreto 2208 de 1997 -Separação entre formação geral e formação profissional de nível médio		
Decreto 5154 de 2004 Revoga o Decreto 2208/97 e -Reintegra da Educação profissional ao Ensino Médio, mas mantém a oferta: concomitante ou subsequente, além da oferta integral		

⁴ Disponível em: <https://observatorioept.org.br/sobre-ept/legislacao>. Acesso em: 06/05/2024.

Lei 11.892 de 2008 (criação dos IFs)		
Alteração na LDB sobre EPT de nível médio Educação de Jovens e Adultos - EJA e a EPT		
Parecer CNE/CP 11/2012 (Diretrizes para a EPT) e a Resolução n. 06/2012 (art 40 - Indicam formação inicial para docentes da EPT conforme definido pelo CNE)	X	
Plano Nacional de Educação- PNE 2014-2024 (metas 15 e 16) Lei 13.005/2014 - Meta 15.3: docentes da EPT e Meta 16 trata da formação de professores para a Educação Básica	X	X
Resolução CNE/CP n. 02/2015, Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada	X	X
Resolução 03/2018 DCNEM, Diretrizes Curriculares para o Novo Ensino Médio, objetivando a Reforma do Ensino Médio - Apresenta cinco itinerários formativos, sendo o V: formação técnica e profissional. - Reafirmação do notório saber no art. 29, apenas para o V itinerário; - E no art. 30: a admissão de professores para atuar no ensino médio, graduados que tenham realizado complementação pedagógica, ou pós-graduação <i>strictu sensu</i> com orientação para o magistério na educação básica.	X	X
Resolução CNE/CP n. 02/2019, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e; - Instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC- Formação) - Apresenta redução de carga horária geral, com 400 horas pra prática pedagógica na área ou componente curricular, sem indicação de horas para o estágio curricular supervisionado	X	
Resolução CNE/CP n. 01/2020, BNC-Formação Continuada (formação atendendo as especificidades regulamentadas pelo CNE)		X
Resolução CNE/CP n. 01/2021, Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica - Formação inicial para docência na EPT nível médio em cursos de graduação, licenciatura e outros formas de acordo com especificidades do CNE. - Admissão de professores com notório saber (reconhecido pelo próprio sistema de ensino) - Oferta de formação em serviço pela instituição na ausência de profissionais com licenciatura e experiência comprovada na área.	X	X
Resolução CNE/CP n. 01/2022- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Profissional técnica de Nível Médio - Traz que os Cursos e programas de formação inicial de professores para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, devem considerar competências gerais docentes e competências específicas, a partir da prática, do conhecimento e do engajamento profissional. - Formação inicial em cursos de licenciatura ou cursos de formação pedagógica para licenciatura de graduados não licenciados, em pós-graduação <i>latu sensu</i> , programas especiais, de caráter excepcional ou outras formas de acordo com a legislação.	X	X
Lei 14.645/2023 - Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica		
Decreto Nº 11.985/2024 - Instituição do Grupo de Trabalho Interinstitucional com a finalidade de produzir subsídios para a Política Nacional de EPT		
Resolução CNE/CP Nº: 4/2024 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, de formação pedagógica para graduados não licenciados e de segunda licenciatura).	X	X

Fonte: autoria própria, 2024.

Ao analisarmos o Quadro 1, reconhecemos movimentos ora ampliados, ora retroativos com vistas a atender as especificidades da EPT.



Para compreender o desenvolvimento e aplicação das políticas de formação continuada, realizamos uma pesquisa no sítio do IFCE⁵. Encontramos que a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - PRPI, desde 2013, é responsável pela política de capacitação de servidores em cursos de especialização, mestrado e doutorado; e que incentiva a capacitação através de parcerias com outras instituições e fomento para realização da capacitação.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)⁶ 2024-2028 do IFCE, no Tema 13 - Ampliação das parcerias com o mundo do trabalho, é apresentado a busca por ações que incentive parcerias para estágios aos estudantes e formação continuada aos profissionais por meio de cursos de pós-graduação, ou seja, especialização, mestrado ou doutorado.

O documento destaca a política de valorização do corpo docente, por meio dos aspectos salariais e expressiva quantidade de docentes que obtêm afastamento para cursar pós-graduação e apresenta o número de 2.056 docentes em regime de Dedicção Exclusiva; deixando subentendido que esta política coaduna para o incentivo à formação continuada. Apresenta também nas metas: T3 - MELHORIA DOS INDICADORES DE EFICIÊNCIA ACADÊMICA e T7 - EFICIÊNCIA OPERACIONAL DOS MACROPROCESSOS DE SUPORTE E GERENCIAIS: fortalecer as ações de formação continuada dos docentes para atuação na educação básica técnica e superior, e fortalecer as diretrizes internas para a formação de servidores.

Com relação a oferta de cursos de formação continuada para a EPT, encontramos no sítio da PRPI⁷ do IFCE, os registros a seguir, como mostra o Quadro 2:

Quadro 2- Oferta de Formação continuada no IFCE

<i>Latu sensu</i> (especialização)	<i>Strictu Sensu</i> (mestrado)
Docência na Educação Profissional, Científica e Tecnológica pela Universidade Aberta do Brasil – UAB (à distância; com oferta recente em 2024 e 2022, para quem atua ou deseja atuar na EPT)	Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT (mestrado em rede, oferta anual desde 2017)
Docência na Educação Profissional, Científica e Tecnológica (exclusivamente para servidores do IFCE com oferta em 2019, em atendimento a Resolução n. 06/2012)	Mestrado Profissional em Ensino e Formação Docente - em parceria com a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB (oferta anual desde 2019)
Docência na Educação Profissional e Tecnológica, (última oferta em 2019)	

⁵ Disponível em: <https://ifce.edu.br/>. Acesso em 08/05/2024.

⁶ Disponível em: https://pdi.ifce.edu.br/pdf/pdi_ifce_2024_2028.pdf. Acesso em 09/05/2024.

⁷ Disponível em: <https://ifce.edu.br/prpi>. Acesso em 12/05/2024.



Educação Profissional e Tecnológica (última oferta em 2018)	
Formação Pedagógica para Docência na Educação Profissional e Tecnológica (última oferta em 2016).	

Fonte: autoria própria, 2024.

Ao longo dos últimos oito anos, identificamos o desenvolvimento de cursos que visavam atender a formação inicial e continuada para a EPT, não só no âmbito do IFCE, mas também com a oferta de cursos destinados àqueles que atuam ou desejam atuar na EPT, e aos docentes em efetivo exercício não licenciados, para atender ao disposto na Resolução N° 6, de 20 de setembro de 2012⁸.

Precisamos evidenciar a contínua e crescente inserção de novos servidores docentes no IFCE, (pelo aumento na oferta de cursos e criação de novos *campi*), estimulada pela expansão da Rede Federal através da Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005⁹, conta hoje com 33 campi e um Polo de Inovação no Ceará¹⁰, além da reitoria e, de acordo com o PDI do IFCE 2024-2028, há 2.014 docentes na carreira Ensino Básico Técnico e Tecnológico (EBTT)¹¹. Destacamos também, que não foram encontradas informações sobre o número de docentes que atualmente, possuem ou que necessitam de formação para atuar na EPT, nem a quantidade dos docentes que atualmente encontram-se afastados para pós-graduação; apesar de que houve a oferta de curso Especialização em Docência na Educação Profissional, Científica e Tecnológica exclusivamente para servidores do IFCE em 2019.

Contudo, como afirmam Dornelles, Castaman e Vieira (2021), não se forma professores para a EPT, somente com cursos aligeirados e ajustes na legislação; faz-se necessário uma política que atenda às necessidades destes docentes.

Outrossim, no contexto atual da educação, imersa em uma sociedade que vem sendo estimulada ao uso das tecnologias, inicialmente de forma aligeirada (ou atrasada), no período da crise sanitária provocada pela covid-19 e no último ano pelo avanço da Inteligência Artificial – IA, as necessidades para atuação dos docentes na EPT, exigem uma contínua formação para dar conta também destas mudanças.

Com o intuito de identificar o atendimento às necessidades docentes da EPT no IFCE nos dois últimos anos, lançamos mão de uma pesquisa de campo com entrevista

⁸ Disponível em:

https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN62012.pdf?query=ensino%20m%C3%A9dio . Acesso em: 16/05/2024.

⁹ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-acoos/expansao-da-rede-federal> . Acesso em 18/05/2024.

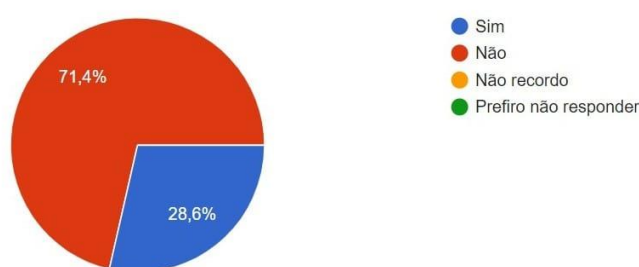
¹⁰ Disponível em: <https://ifce.edu.br/aceso-rapido/campi/campi> . Acesso em 18/05/2024.

¹¹ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112772.htm . Acesso em 18/05/2024.

semiestruturada aos docentes do IFCE *campus* Ubajara, escolhido por ser um dos *campi* mais distantes da capital do Ceará, considerando que esse distanciamento geográfico poderia influenciar nos processos de formação continuada de docentes.

Dos quarenta e dois docentes do campus Ubajara, sete responderam ao questionário da entrevista. Uma das perguntas direcionadas aos processos de formação docente nos dois últimos anos, questionava sobre participação em formação com 40h ou mais. O Gráfico 1– Formação docente para a EPT nos últimos 02 (dois)anos, traz o resumo das respostas:

Gráfico 1 – Formação docente para a EPT nos últimos 02 (dois)anos



Fonte: elaboração própria, 2024.

Observamos que somente dois docentes informaram ter participado de capacitação. Isso nos leva a conjecturar falta de incentivo institucional à capacitação docente, bem como baixa motivação à capacitação em formação continuada.

No intuito de investigar como os processos formativos impactam no desenvolvimento da Educação Integral, solicitamos aos participantes da pesquisa (aqui identificados como P1, P2 e assim sucessivamente), que discorressem sobre o que entendem por interdisciplinaridade, evidenciando a importância desta para a superação da divisão de conteúdos na EPT, o que aponta para a Formação Humana Integral, e assim organizamos as respostas como mostra o Quadro 3.

Quadro 3 – Concepções de interdisciplinaridade para Formação Humana Integral

Aproximação de ideias com a Formação Humana Integral	Distanciamento de ideias com a Formação Humana Integral
<i>“Interdisciplinaridade são ações que são desenvolvidas entre disciplinas que tem por objetivo alcançar alguns objetivos de aprendizagem de algum tema. Na interdisciplinaridade há necessidade de envolvimento de outras áreas de conhecimento a fim de que se possa apresentar outras vertentes de conhecimentos que possa contextualizar o que é ensinado”. P1</i>	<i>“Abordagem de conteúdo que conversa com outros conteúdos diretamente, parcialmente ou pouco relacionado com a área afim da disciplina em questão”. P3</i>
<i>“Entendo como uma ferramenta que possibilita enxergar soluções ou construção de um pensamento a partir da união de vários conhecimentos, ora antes fragmentado, de várias disciplinas”. P2</i>	<i>“Relação existente entre as várias disciplinas a respeito de um tema determinado. Um tema sendo observado sob a visão de várias disciplinas, sendo que cada uma demonstra sua forma de ver”. P4</i>
<i>“Entendo que a interdisciplinaridade seria a</i>	<i>“Integração entre duas ou mais disciplinas”. P6</i>

<i>abordagem de conteúdos de disciplinas diferentes num mesmo assunto, de maneira que os conteúdos estejam relacionados de uma maneira harmônica”.</i> P5	
<i>“A conjunção de saberes de disciplinas diferentes, de forma lógica e integrada, que permite a construção de um conhecimento sistêmico e não isolado ou fruto de uma análise multifacetada”.</i> P7	

Fonte: elaboração própria, 2024.

As respostas indicam certa confluência para o desenvolvimento de uma Educação Integral, o que contribui para a Formação Humana Integral, e isto pode ser inferido a partir do entendimento dos participantes da pesquisa sobre interdisciplinaridade, considerando para a análise das falas, como estas apontaram para aproximação ou distanciamento com a Formação Humana Integral, a partir da concepção de interdisciplinaridade amparada em Japiassu (1976).

Para identificar as demandas desses docentes para a Educação Integral, indagamos quanto ao que dificulta a articulação da interdisciplinaridade no desenvolvimento do currículo integrado. As respostas foram inseridas por meio palavras ou expressões registradas em um link, para a geração de uma nuvem de palavras usando o aplicativo *mentimeter*, sendo limitado a três definições por participante, que resultou na Figura 1.

Figura 1- Dificulta a interdisciplinaridade no desenvolvimento do currículo integrado



Fonte: elaboração própria, 2024.

A análise é feita a partir das dimensões: tamanho da fonte e repetição. Observamos na Figura 1, em destaque: a) falta de capacitação e b) planejamento individual. Para fins de interpretação entendemos capacitação como formação, seja ela inicial ou continuada. O resultado demonstra que “falta de capacitação”, indica a necessidade de mais capacitações para os docentes, ou seja, de formação continuada pois se traduz em obstáculo à efetivação do currículo integrado e conseqüentemente distancia-se do pretendido na EPT, que é a oferta de uma Educação Integral e que contemple a Formação Humana Integral.

Da mesma forma, o segundo termo em maior evidência: “planejamento individual”, assim como os demais termos em menor evidência, apontam também para a carência de



capacitações/formações, sendo interpretado: “planejamento individual” como ausência de integração entre os docentes e seus planejamentos; o que pode ser uma prática comum pela falta de formação continuada e estímulo. No entanto, os Projetos Pedagógicos de Cursos na EPT, buscam alinhamento com a referida modalidade e destacam a importância da interdisciplinaridade.

Nesse sentido os Projetos Pedagógicos de Cursos – PPCs, em conformidade com a Resolução nº 6/2012¹², podem oportunizar a aplicação da interdisciplinaridade de diversas formas como por exemplo em disciplinas como: Projetos Integradores I e II e Prática Profissional I e II, que aparecem nos PPCs de novos cursos. No entanto, nas pesquisas realizadas para este estudo, não foi encontrado menção a uma formação continuada em específico para trabalhar com Projetos Integradores no IFCE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa evidenciam a necessidade de uma revisão das políticas de formação continuada de docentes para a EPT, com o objetivo de garantir uma formação mais integral e alinhada às demandas da Educação Integral. A ênfase em especializações isoladas e a falta de articulação entre teoria e prática limitam a capacidade dos docentes de promoverem uma aprendizagem significativa e de desenvolverem competências para lidar com a complexidade da realidade educacional. É fundamental que as políticas de formação continuada sejam repensadas, com o objetivo de oferecer aos docentes oportunidades de desenvolvimento profissional contínuo, que contemplem a diversidade de suas necessidades e a especificidade da EPT.

Sugere-se, para futuras pesquisas, investigar a relação entre a formação continuada e a prática pedagógica, analisar as diferentes concepções de Educação Integral presentes nas políticas públicas e nas práticas docentes, e avaliar o impacto de diferentes modelos de formação continuada na qualidade do ensino na EPT.

REFERÊNCIAS

BARREIRO, Cristhianny Bento; HERNANDES, Maria Helena Padilha Bandeira Moraes. Ensinar a docência: formar professores para a Educação Profissional e Tecnológica nos Institutos Federais. **Revista Ensino em Debate**, [S. l.], v. 2, p. e2024001, 2024. DOI: 10.21439/2965-6753.v2.e2024001. Disponível em: <https://revistarede.ifce.edu.br/ojs/index.php/rede/article/view/12> . Acesso em: 15/05/2024.

¹² Disponível em: http://portal.mec.gov.br/component/docman/?task=doc_download&gid=11663&Itemid



COLARES, M. L. I. S.; CARDOZO, M. J. P. B; ARRUDA, E. P. Educação integral e formação docente: questões conceituais e legais. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. esp. 3, p. 1529-1546, jun. 2021. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v16iesp.3.15296>. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6198/619869093010/html/> Acesso em 15/05/2024.

DORNELLES, Fernanda Reolon Baldiati; CASTAMAN, Ana Sara; VIEIRA, Josimar de Aparecido. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: desafios e perspectivas na formação docente. **Rev. Exitus**, Santarém, v. 11, e 020133, 2021 . Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-94602021000100206 >. Acessos em 20 maio 2024.

FÁVERO, Altair Alberto. CENTENARO, Junior Bufon. **A Pesquisa Documental nas Investigações de Políticas Educacionais: potencialidades e limites**. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rc/article/view/13579>. Acesso em 14/05/2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e Patologia do Saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. 220p.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 8. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

MOURA, Dante Henrique. **Trabalho e formação docente na educação profissional** [recurso eletrônico] / Dante Henrique Moura. – Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. - (Coleção formação pedagógica; v. 3). Disponível em: <http://memoria.ifrn.edu.br/1044/326> . Acesso em 10/05/2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. F18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo_2001.pdf. Acesso em: 08/05/2024.

NÓVOA, Antonio. **Escolas e professores proteger, transformar, valorizar**/Antonio Nóvoa, colaboração Yara Alvim. – Salvador: SEC/IAT 2022. 116 p.

Observatório da EPT. **Conhecendo a Educação Profissional e Tecnológica, c2024**. Disponível em: <https://observatorioept.org.br/>. Acesso em: 08/05/2024.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2018.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11.ed. rev — Campinas, SP: Autores Associados, 2011. — Coleção educação contemporânea.

VIEIRA, Josimar de Aparecido; SAMPAIO, Daize Duarte; OLIVEIRA, Gisele Santos de. Formação de professores para a educação profissional e tecnológica: adversidades e instrumentalidade. *Revista Educação e Emancipação*, v. 16, n. 2, p. 222–248, 13 Jul 2023 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/20847>. Acesso em: 16/05/2024.